

## **Análise da fidedignidade do lucro em uma economia inflacionária**

**EMÍLIO RECAMONDE CAPELO**

Técnico em Desenvolvimento Econômico do  
Banco do Nordeste do Brasil  
Professor Assistente do Centro de Estudos  
Sociais Aplicados da Universidade Federal do Ceará

**Resumo:** Complementação do artigo "Teoria contábil e variação nos níveis de preços", publicado na Revista Econômica do Nordeste, 6 (4): 515-530, out/dez.1975. Enfoca aspectos práticos dos problemas causados às empresas pela inflação, quando não se pratica uma contabilidade adaptada à situação de contínua elevação do nível de preços. Analisa as distorções inflacionárias causadas nas principais contas da Demonstração de Lucros e Perdas e do Balanço, ilustrando-as com um exemplo numérico onde se comprova que a contabilidade ortodoxa pode conduzir a lucros fictícios até mesmo quando o que ocorre são prejuízos reais. Enumera algumas práticas úteis às empresas para o trato do problema inflacionário e comenta outros pontos interessantes do problema.

### **I — INTRODUÇÃO**

Em artigo anterior (1) foram analisados os principais problemas que o fenômeno da variação no nível de preços acarreta para a prática contábil, e apresentaram-se as postulações acadêmicas mais relevantes, do ponto de vista da teoria contábil, com vistas às suas soluções.

No presente trabalho pretende-se usar um enfoque mais prático, através de uma análise daquelas situações que, usualmente, mais laboram contra a integridade patrimonial de uma empresa sob regime inflacionário.

---

(1) Ver "Teoria Contábil e Variação dos Níveis de Preços", Revista Econômica do Nordeste, v6, n(4), p.515-530, out./dez.1975.

Não custa repetir aqui que a inflação pode ser descrita como uma persistente alta no nível geral de preços, ou como uma contínua baixa no poder de compra de sua moeda. A unidade monetária deixa de ser constante e passa a encolher gradativamente com o tempo, complicando seriamente as tarefas da mensuração de valores instantâneos e da computação de fluxos relativos a intervalos de tempo.

A rigor, em período inflacionário, poder-se-ia dizer que em cada dia prevalece uma moeda diferente, ainda que com o mesmo nome, sendo adequada apenas para aferir as transações daquele dia. Mesmo sob inflação branda, o esvaziamento progressivo da medida de valor se faz sentir em intervalos mais dilatados como, por exemplo, uma década.

Este fenômeno cria problemas de toda ordem e para diferentes entes econômicos, mas é particularmente grave para a empresa, afetando sua integridade física e suas demonstrações financeiras, como adiante se comenta. Todo o problema nasce da irracionalidade de operar-se com grandezas de dimensões diferentes, como são moedas de diferentes instantes, quando se preparam as demonstrações financeiras anuais.

Não pode haver lucro verdadeiro se o poder de compra efetivo da empresa não fica aumentado, se não sobra parte das receitas depois de deduzidas todas as despesas, medidas estas grandezas em uma só moeda e lançadas todas pelos seus valores reais. Não haverá lucro verdadeiro se o consumo dos bens físicos no processo produtivo é mensurado de forma defeituosa, levando a empresa a ficar desfalcada de seus ativos fixos e de seus estoques e deixando-a incapaz de repô-los. Tampouco haverá lucro verdadeiro se o uso dos ativos monetários no desenvolvimento dos negócios da empresa implica na diminuição desses recursos. Os recursos físicos estão à disposição da empresa para serem consumidos, de forma mais ou menos mediata, e os recursos monetários para serem usados, mas ambos devem ser preservados.

Os recursos físicos, mercadorias, prédios, equipamentos e instalações, etc, devem ser recuperados pelo lançamento a débito do "Custo das Mercadorias Vendidas" e da "Despesa de Depreciação", etc. Os recursos monetários são automaticamente recuperados no ciclo próprio do negócio que transforma caixa em estoques, estes em créditos que por fim geram novo caixa.

## II – AS DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS

A inflação interfere negativamente nos processos que devem assegurar a manutenção dos valores intrínsecos dessas duas grandes famílias de recursos com que

conta a empresa, bem como dificulta a aferição de sua receita, de sua despesa e de seus valores patrimoniais.

Abstraído-se a prática contábil hoje vigente no Brasil, para efeito deste trabalho, nos comentários e exemplos a seguir, admitir-se-á a situação em que a empresa usa a contabilidade convencional.

**Receita:** A atividade Mercantil é praticada de forma mais ou menos homogênea no decorrer do exercício financeiro. Mesmo quando ocorrem fortes desníveis estacionais, surge sempre o problema de agregar, ao fim do ano, o valor global das vendas que ocorreram sob a prevalência de diferentes moedas. Como o número que expressa as vendas anuais é um dos maiores que comparecem na contabilidade de uma empresa e como o intervalo de um ano é bastante longo para acumular distorções, a diferença entre a soma a preços correntes e a preços constantes de fim de exercício pode ser significativa.

Como a inflação atua, neste caso, reduzindo o lucro, as preocupações não são tão sérias como nos casos a seguir.

**Custo das Mercadorias Vendidas – CMV:** Qualquer que seja o método de inventário utilizado (permanente ou periódico), o “timing” real dos lançamentos dos Custos das Mercadorias Vendidas é o mesmo do das Vendas; mais importante que isso, e afetando ambos os métodos, ressalta de importância o método de avaliação de estoques, porque o almoxarifado é um ponto de espera para as mercadorias, onde seu preço de entrada vai-se distanciando progressivamente dos preços correntes praticados nos mercados desses bens. Mesmo a utilização do método LIFO (2) não corrige totalmente a distorção inflacionária provocada no CMV, que é ainda maior para o método do CUSTO MÉDIO (3) e do FIFO (4) usados frequentemente pelas empresas, por imposição da legislação do Imposto de Renda.

O volume monetário do CMV é usualmente um dos grandes números da Demonstração de Lucros e Perdas e, por essa razão, motivo de muita distorção; por outro lado, o período de atuação da inflação é o mesmo que ocorre com as vendas, o que é tempo bastante para acumular distorções, mesmo sob inflação branda.

---

(2) Método que utiliza o último custo de aquisição de uma mercadoria como base para o cálculo do Custo da Mercadoria Vendida – CMV.

(3) Método que utiliza o custo médio ponderado das diferentes partidas de uma mesma mercadoria, ainda presentes no estoque como base para o cálculo do CMV.

(4) Método que usa o custo mais antigo de uma mercadoria ainda presente no estoque para calcular o CMV.

**Despesas Operacionais:** Incluem-se aqui todas as despesas de vendas, administrativas e gerais incorridas ao longo do exercício financeiro e que são afetadas pela inflação de forma similar ao que se passa com as vendas e com o CMV, no que tange ao aspecto cronológico. A importância da distorção inflacionária dependerá da importância dessa rubrica na estrutura de custos, que varia de uma para outra empresa, dependendo do tipo de negócio.

**Depreciação:** Embora esta despesa já esteja incluída no CMV, (como custo indireto de fabricação em empresas industriais) e/ou nas despesas operacionais (em empresas comerciais e também industriais), ela merece um destaque especial por ser a que mais distorções é capaz de provocar pela conjugação de grandes valores e de grandes intervalos de tempo. Os ativos fixos depreciables são bens duráveis que, não raro, permanecem produzindo benefícios para a empresa por mais de uma década, e raramente por menos de um lustro. Com esses intervalos as distorções inflacionárias se avolumam dentro do mecanismo de amortização desses bens via "depreciação", quando os cálculos têm por base o valor histórico e não o valor histórico indexado ou o valor de reposição.

Agindo dessa forma, os valores que são levados a débito de Lucros e Perdas são expressões monetárias referentes a moedas vigentes em passados mais ou menos remotos e, como tal, bastante distanciadas, no seu conteúdo valorativo, daquelas que expressam as Vendas, o CMV, as Despesas Operacionais etc. Somar e subtrair unidades tão heterogêneas é, na verdade, manifestação de insensatez e que implica em acentuada irrealidade dos lucros apurados.

**Posição Monetária Líquida:** Caso a empresa assuma uma posição credora monetária líquida, perderá dinheiro com a inflação; assumindo posição devedora monetária líquida ganhará dinheiro pela inflação. Estes ganhos ou perdas são reais do ponto de vista de uma empresa isolada, muito embora não sejam para a economia como um todo, mas não são registrados nos "Lucros e Perdas" da contabilidade ortodoxa não inflacionária. Os prazos de atuação inflacionária são, nestes casos, também os do exercício financeiro, e os montantes dependem do porte e da estrutura de Ativo da empresa em questão. Da conjugação desses dois fatores dependerá a relevância da distorção sob análise.

**Capital Social e Lucros Retidos:** Estas rubricas nos Balanços convencionais sofrem grandes distorções, pois acumulam valores de unidades heterogêneas durante toda a vida da empresa. A rigor, todas as distorções acima mencionadas se refletem no valor do Patrimônio Líquido e mais contundentemente na conta Lucros Retidos, para onde fluem os resultados fictícios apurados pela empresa.

O resultado conjunto das distorções apontadas é o de produzir, dentro do

lucro apurado no exercício, um componente de lucro fictício que gera os seguintes problemas principais:

- é taxado pelo Imposto de Renda numa autêntica operação de confisco do capital das empresas;
- enseja a distribuição de dividendos, muitas vezes, às custas da integridade patrimonial da empresa;
- determina reservas insuficientes para substituir o ativo fixo, para manter o capital de giro, e dificulta a expansão das empresas com base em recursos gerados internamente;
- cria uma falsa imagem de lucratividade para o público em geral, e em particular para os acionistas, fornecedores, credores, governo e sindicatos, que se sentem frustrados nos seus interesses específicos, porque a empresa não age com relação a eles na medida de seus lucros contábeis;
- faz a administração menos avisada pensar que sua empresa tem mais saúde econômica do que realmente tem.

### III — UMA ILUSTRAÇÃO NUMÉRICA

Anexo, são mostrados sete demonstrativos, referentes a um exemplo simples e de uma empresa imaginária — Companhia XYZ, que ilustram as afirmações acima expendidas. Foram calculados com a metodologia da Referência bibliográfica no. 8. Eles refletem a situação de uma empresa que iniciou suas atividades em 01.01.1968, ano em que constituiu todo o seu capital social e adquiriu todo o seu ativo fixo. Seus estoques são avaliados pelo método FIFO e os saldos que aparecem nessa conta por ocasião de cada balanço referem-se a mercadorias compradas, no último trimestre do exercício em questão. Os índices utilizados para cada período são os Índices Gerais de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, usados isoladamente para determinados meses ou transformados em médias trimestrais ou anuais, conforme o caso, como se pode ver nos Quadros nos. 1 e 2.

No primeiro estão mostrados dois balanços de anos consecutivos levantados em 31.12.72 e 31.12.73, enquanto no segundo está retratada a Demonstração de Lucros e Perdas para o sexto exercício mercantil da empresa que, como se vê, não usa contabilidade adaptada ao regime inflacionário.

Em ambos os quadros são feitos os ajustes reclamados, explicitando-se as

épocas de referência, os índices de preços, os fatores de conversão e os saldos ajustados das diversas contas. Para "Lucros e Perdas" é, ainda, calculada uma coluna de diferenças, que mostra quão fictício é o lucro operacional de Cr\$ 10.000,00 apurado pela contabilidade ortodoxa. Na verdade, se constata um prejuízo de Cr\$ 7.485,00 em suas atividades mercantis, cujas origens estão melhor explicadas no Quadro no. 4

Convém observar que o simples ajustamento da receita em Cr\$ 6.113,00, acompanhando a elevação geral dos preços, é insuficiente para cobrir o ajuste necessário do CMV de Cr\$ 7.342,00 devido, entre outros fatos, ao recuo de 13,5 meses da moeda em que está expresso o estoque inicial. As compras têm a mesma idade média das vendas e seu recuo médio é de seis meses, enquanto o estoque final está expresso em cifrões com 1,5 mês de atraso.

É, no entanto, a depreciação a principal causadora da distorção no lucro, devido à sua maior idade, 5 1/2 anos, e ao valor substancial dos ativos fixos dessa estrutura de Ativo. Seu ajustamento ascende a Cr\$ 14.969,00, ou 85,6% da diferença de Cr\$ 17.485,00 encontrada entre os lucros operacionais apurado e ajustado. As despesas operacionais comparecem em penúltimo lugar como geradoras de distorções no resultado mercantil.

Outra categoria importante de distorções inflacionárias, de natureza não operacional, é a que se estriba na posição monetária da empresa que no caso é devedora líquida e está mostrada no Quadro no. 3. Nele se quantificam os ganhos sobre as exigibilidades monetárias e as perdas sobre os ativos monetários, e obviamente o ganho monetário líquido. O curioso desta distorção é que seus resultados não transitam pela conta de Lucros e Perdas na contabilidade ortodoxa, só sendo detectada pela comparação dos Balanços ajustados, como mostra o mesmo Quadro no. 3.

Os Quadros nos. 4 e 5 resumem as duas classes de distorções inflacionárias apontadas e quantifica o lucro fictício adicionado ao resultado real. O prejuízo operacional de Cr\$ 7.485,00 é parcialmente compensado pelos ganhos monetários de Cr\$ 1.779,00 produzindo o resultado negativo ajustado para o exercício de Cr\$ 5.706,00, o qual dista Cr\$ 15.706,00 do resultado positivo apurado de Cr\$ 10.000,00. Esta diferença é o lucro fictício introduzido pela contabilidade inadequada da empresa.

O Quadro no. 6 confirma todos os raciocínios precedentes, mostrando que o Patrimônio Líquido da empresa não cresceu em Cr\$ 7.000,00 mas decresceu em Cr\$ 8.916,00 devido ao prejuízo do exercício de Cr\$ 5.706,00 e à distribuição indevida de dividendos ajustados de Cr\$ 3.210,00. O Quadro no. 7 mostra que esta redução da substância patrimonial se reflete na conta de Lucros Retidos.

Este exemplo simples reflete todo o drama da descapitalização de uma empresa que vive em regime inflacionário e não utiliza técnicas contábeis compatíveis. Em verdade, resta ainda apontar o efeito do Imposto de Renda sobre esta conjuntura de lucros fictícios, o que é, agora, fácil de fazer. Considerando o Imposto de Renda como uma distribuição compulsória de resultados ao sócio maior, distribuição essa que só deve ter lugar quando há lucro real, a apuração de Cr\$ 10.000,00 de lucro conduzirá ao pagamento de Cr\$ 3.000,00 de imposto o que elevará de Cr\$ 8.916,00 para Cr\$ 11.916,00 o emagrecimento do Patrimônio Líquido da empresa, significando esta tributação não um imposto sobre a renda, mas um imposto indevido sobre o capital, em suma, um confisco de capital.

A empresa está consumindo seus recursos físicos, estoques e ativo fixo, sem conseguir reservas bastantes para repô-los, está conseguindo manter seus recursos monetários e até incrementá-los um pouco, está produzindo prejuízos reais, mas, apesar disso, distribui dividendos e paga Imposto de Renda.

Continuando dessa forma, seus dias estão contados, ainda que seus Balanços dêem a impressão de saudável crescimento e franca prosperidade.

#### IV – COMO ATENUAR AS DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS

A inflação invalida o pressuposto de moeda estável, base de toda a contabilidade clássica. Nessas circunstâncias, os valores históricos registrados pela contabilidade tornam-se grandezas heterogêneas medidas em unidades diferentes. A utilização desses dados segundo os procedimentos contábeis ortodoxos, sem uma prévia homogeneização, não tem qualquer sentido e leva a resultados destituídos de significado. Torna-se indispensável a aplicação de sistemas de correção que anulem os efeitos da variação do padrão monetário, restabelecendo assim a qualidade de informação contábil.

A teoria e a prática da contabilidade desenvolveram através do tempo um conjunto de princípios e convenções que se denominam “normalmente aceitos”, mas que foram erigidos na pressuposição da estabilidade monetária. Quando se considera o regime inflacionário, vê-se que alguns desses princípios conflitam entre si, ou se transformam em práticas nocivas aos interesses da empresa.

A convenção do “conservadorismo”, por exemplo, manda registrar o menor dos possíveis valores de ativo ou receita, e o maior dos possíveis valores de exigibilidades ou despesas, bem como reconhecer as despesas tão logo ocorram e as receitas só quando efetivamente se verificarem. O princípio do “custo como base de valor”, manda que o custo histórico ou original compareça nos registros contábeis como informação básica para as demonstrações financeiras.

Em períodos de elevação no índice geral de preços, o princípio da contabilização pelo custo cria seríssimas distorções, como já se apontou no exemplo numérico, com relação à depreciação e aos custos em geral de uma empresa.

Aceita a necessidade de praticar correção na contabilidade convencional, visando restituir o realismo contábil, indicar-se-ão a seguir, procedimentos que se afiguram proveitosos nesse sentido.

Aceita-se, ainda, que, não havendo má fé, é lícito praticar todas as correções necessárias, a fim de bem informar o público e os acionistas, ainda que princípios e convenções contábeis normalmente aceitos sejam feridos; os regulamentos tributários do Imposto de Renda serão seguidos para preencher a declaração de rendimentos da pessoa jurídica, mas sem prejudicar o desenvolvimento de uma contabilidade voltada para expressão real do patrimônio e do desempenho operacional da empresa, fazendo, portanto, prevalecer o ponto de vista da contabilidade gerencial sobre os demais.

Por outro lado, a aplicação da contabilidade à base de índice de preços não constitui uma infração ao princípio da contabilização pelo custo, mas o reconhecimento da instabilidade monetária. Sua adoção é imperativa, e os ajustes que serão seguidos têm como base esta técnica de correção de valor.

**Vendas:** Usar como base para o cálculo do preço de venda à vista o custo de reposição da mercadoria no momento da venda. Para tanto a empresa necessita montar um sistema de colheita de informações que lhe permita conhecer, periodicamente, os preços praticados por seus fornecedores. No caso de venda a prazo, incluir no preço o custo da desvalorização da moeda durante o prazo da venda, calculado com base nas previsões inflacionárias, afim de assegurar a reposição da mercadoria, sem prejuízo do lucro, ao preço vigente na época do pagamento pelo cliente. Esta prática é difícil de ser implementada por uma empresa isolada, mas é possível ao abrigo de uma associação de classe, que tenha por finalidade orientar, instruir e fiscalizar seus associados nas práticas de defesa contra a inflação. No caso de vendas para entrega a prazo, não praticar preço fixo, a menos que se esteja usando técnicas de "hedging"<sup>(5)</sup>. Do contrário, utilizar fórmulas em função de Matérias-Primas, Mão-de-Obra e Custos Indiretos de Fabricação, etc., ou extrapolações de tendências de preços.

**Custo das Mercadorias Vendidas:** Para a contabilidade gerencial o lançamento, por ocasião da venda, do custo das mercadorias a débito do CMV, no

---

(5) Significa proteger o vendedor contra possíveis aumentos no "custo da coisa vendida" pela contratação, no momento da venda, de todas as compras de insumos e outros fatores produtivos necessários à produção ou aquisição do bem ou do serviço vendido.



método de inventário permanente, deve ser feito ao preço de reposição da mercadoria no dia da venda. O uso dos procedimentos FIFO, Custo Médio, LIFO e outros, são insatisfatórios, pois em inflação regularmente ascendente, nenhum deles produz o custo real desejado. Para a contabilidade tributária, usar o método que propicie maior CMV, dentre os permitidos pela legislação. Para inventário periódico, atualizar o estoque inicial, as compras e o estoque final de acordo com a estrutura etária de cada conta.

**Compras e Estoques:** Admitida a premissa de que os estoques estão bem administrados, pouco resta a comentar. O uso da fórmula do Lote Econômico não considera entre os custos de manter estoque, o confisco do Imposto de Renda sobre os lucros fictícios gerados pelo distanciamento entre o custo histórico e o custo de reposição no dia do recebimento da venda.

Acrescentando mais esta parcela ao "custo de manter estoques", C, vê-se que o lote econômico fica menor porque,

$$Q = \sqrt{\frac{2SO}{C}} \quad (6)$$

Assim, se os lotes de compra forem menores, a estrutura etária do estoque tende a ser mais deslocada para o presente, apresentando custos médios mais atualizados.

É imperativo comprar-se a preço fixo para entregas futuras, como proteção para contratos de vendas também a preço fixo.

Com o uso do inventário periódico, como se viu no exemplo anterior, o saldo de estoques inicial produz uma forte distorção no CMV. Uma maneira de minimizá-la seria adotar a política de encerrar o exercício com o menor estoque possível, ou mesmo com estoque nulo. Caso o estoque inicial e o final fossem nulos, o CMV se restringiria às compras do período, o que vale dizer, o descompasso entre custo histórico e custo de reposição seria reduzido.

Uma observação cabível a esta altura, é a que desaconselha a transformação do excesso de ativo líquido em estoque de mercadorias, como forma de fugir à

---

(6) Q = Quantidade Ótima a ser comprada de um certo item X;

S = Quantidade consumida do item X num certo intervalo de tempo;

O = Custo Fixo de cada ordem de compra;

C = Custo para manter em estoque uma unidade de X no mesmo período em que se consome S.

erosão inflacionária. Acrescentar estoques desnecessários somente irá diminuir sua rotação, diminuir o ROI (7), distanciar ainda mais os preços correntes dos preços históricos, e dilatar as distorções do lucro contábil face ao Imposto de Renda. Recursos desnecessários devem ser aplicados na expansão da própria empresa ou na geração de novos negócios, mas não na hipertrofia de qualquer de suas contas de Ativo além da estrutura ideal já dimensionada. Só uma especulação de preços de adequada amplitude poderia justificar esta prática.

**Ativo Fixo e Depreciação:** Como já se disse, esta é a rubrica que comparece a débito de Lucros e Perdas com o maior componente de erro. Se o montante é expressivo, como acontece em empresas industriais, as distorções no lucro são significativas. A solução ideal é praticar correção monetária no ativo fixo a crédito de uma conta do Patrimônio Líquido e calcular a depreciação sobre estes valores ajustados. Dois importantes problemas surgem neste ponto: qual o índice de ajustamento, e qual o método de depreciação.

Sabe-se que a elevação de preços não atinge homogeneamente todos os setores num dado exercício. Pode acontecer que o Índice Geral de Preços, ou o Deflator Implícito do Produto Nacional Bruto, seja diferente do índice específico que ajusta os preços de Edifícios e Estruturas, Máquinas e Equipamentos de um determinado setor. Há três correntes de pensamento: uma advoga a tese do uso do Índice Geral de Preços, alegando que o objetivo buscado é o da manutenção do poder de compra da empresa frente à cesta geral da economia; outra, de enfoque mais gerencial, argumenta com a necessidade de manter o poder operativo da empresa como variável primária para a geração do lucro. Se o índice específico dos equipamentos da empresa é mais alto que o da economia, ficará obstaculada a recuperação integral dos valores investidos nesses ativos, comprometendo a capacidade produtiva futura. Uma terceira corrente de opinião recomenda a adoção de um desses dois índices, o que for maior, para assegurar as duas coisas: a integridade física e a capacidade de compra corrente da empresa.

Visando o fisco, a empresa deve utilizar a taxa máxima de depreciação permitida, inclusive aquelas que dependem de estudos técnicos especializados e previstos por lei. Por outro lado, deve manter como carga em sua conta de Ativos Fixos Depreciáveis, somente os equipamentos de eficiência comprovada, alienando todos aqueles cuja permanência se revela injustificada por estudo técnico-econômico pertinente.

Para a contabilidade gerencial, e visando o lucro real, estas medidas podem não bastar. É importante assegurar, através do mecanismo de depreciação, a recupe-

---

(7) "Return On Investment", que traduz a rentabilidade pela razão entre o "lucro depois dos juros e do Imposto de Renda" e o "ativo operacional médio".

**ração** ou do valor histórico inflacionado ou do custo de reposição corrente. Para tanto, deve-se debitar a Lucros e Perdas montante compatível com o custo escolhido.

Há muitas evidências de que o método da linha reta é bastante inadequado, principalmente, para equipamentos e instalações. O critério ideal seria baseado na quantidade de benefício que o ativo fixo é capaz de oferecer. Se a produtividade cai com o uso, se a produção torna-se menos perfeita, é conveniente usar um método de depreciação acelerada, que pode ser o da Soma dos Dígitos dos Anos, o do "Double Declining Balance"(8) ou outro qualquer.

**Ativos e Passivos Monetários:** Há uma farta literatura comentando as vantagens e desvantagens de posições líquidas tanto credoras como devedoras, face ao problema inflacionário. Sem dúvida, podem ocorrer ganhos ou perdas reais em função da posição assumida. Aceitando que os ativos monetários são aqueles estritamente necessários para a condução regular dos negócios, ou seja, que o caixa e os recebíveis estão eficientemente administrados, resta especular um pouco sobre o passivo monetário.

A empresa em situação inflacionária deve utilizar ao máximo essa fonte de financiamento. Convém lembrar, contudo, que se os fornecedores forem espertos, estarão embutindo no preço de seus fornecimentos o custo da inflação do período do crédito concedido, o que de certa forma torna esse passivo, em uma exigibilidade não monetária. Mas mesmo neste caso, bem como nos empréstimos bancários, é vantajoso usar uma certa quantidade de recursos de terceiros, de custos adequados, em lugar de recursos próprios de capital, já que os juros podem ser debitados a Lucros e Perdas, o que não ocorre com a remuneração do Patrimônio Líquido. Ademais, se estará fazendo uso de uma desejável alavancagem financeira.

## V — COMENTÁRIOS FINAIS

- A contabilidade convencional em situação inflacionária cria uma armadilha curiosa. É lugar comum afirmar-se que, sob inflação, é melhor possuir bens, que valores monetários. Sob o ponto de vista da empresa, quando não são possíveis as recuperações do consumo de seu acervo físico, esta regra poderá ser enfraquecida quando o Imposto de Renda, pago sobre o lucro fictício provocado pela submensuração do CMV e da Depreciação, assume valores ponderáveis.

---

(8) Método que calcula a percentagem de Depreciação a ser aplicada sobre o valor residual do ativo, através da fórmula  $2(1/n)$ , onde  $n$  é a vida útil do ativo depreciable. No último ano lança-se como Despesa de Depreciação o saldo existente.

- Outro comentário válido se refere à periodicidade com que são levantadas as demonstrações financeiras, Balanço e Lucros e Perdas. Observa-se que se a frequência dessas peças contábeis fosse semestral em vez de anual, os efeitos da inflação seriam atenuados. Relembrando o Quadro no. 2, se percebe que os fatores de conversão seriam menores, tanto para vendas, como para estoque inicial, compras, estoque final, despesas, depreciação etc. Admitindo-se, para simplificar, uma inflação mensal constante ao longo do exercício, vê-se que a evolução dos índices cumulativos não é linear, mas exponencial, logo, o fator para a metade do período é menor que a metade do fator para o período anual. Assim sendo, as distorções sobre o lucro real ficam reduzidas, e como tal reduzidos os efeitos secundários já comentados. Apenas para raciocinar, se as demonstrações financeiras fossem preparadas diariamente, haveria menores problemas de heterogeneidade dos diversos valores presentes, e menor distorção do lucro contábil, mesmo sob forte inflação.
- Outro ponto a destacar, é que não basta que cesse a inflação para que cessem os problemas contábeis dela decorrentes, pois a submensuração da depreciação será um problema até que se extingam todos os ativos depreciáveis adquiridos antes da estabilização da moeda.
- Além do risco do negócio e do risco financeiro, a inflação traz à empresa outro risco, o da incerteza da taxa futura de inflação e de suas consequências sobre o lucro real. Além disso, a inflação dismantela os orçamentos de fluxos de caixa e de fundos como instrumentos de planejamento de curto e longo prazos.
- A inflação invalida todo o conteúdo informativo dos índices financeiros que podem ser calculados com os dados de um balanço convencional. Dentre estes, o que expressa a proporção de recursos monetários de terceiros sobre as fontes totais de financiamento (exigível + patrimônio líquido), merece um comentário. Mantidos outros fatores constantes, nota-se que a inflação altera esta proporção em favor dos recursos do Patrimônio Líquido, pela transferência de valor do passivo monetário, que se esvazia, para o Patrimônio Líquido que se beneficia com a apuração de resultados fictícios.
- O Balanço se transforma numa peça contábil que no lado Ativo apenas lista resíduos históricos de contas que ainda não foram despesadas através de Lucros e Perdas, perdendo completamente a função de aferição patrimonial a ele atribuída. Torna-se um mero trampolim para o cálculo do próximo Balanço.

**Abstract —** The author complements an earlier study published in the 6th Vol. n.4, Oct/Dec 1975 — of this very magazine. Now, he focus on practical aspects of the problems due to inflation to the enterprises, for no practical accounting system is fit to a situation of increasingly rising price. He analyses the distortions caused by inflation on the main items of the Statement of Profits and Losses and on those of the Balance Sheet, by illustrating them with a numeric example, whereby he tries to show that the *orthodox accounting* may lead to fictional profits, even when a real loss occurs. Finally, he suggests some useful proceedings to the firms that may help in handling the inflationary problems and also *coments on some other interesting points* of the problem.

## QUADRO No. 1

## COMPANHIA XYZ

## Dois Balanços Anuais Consecutivos

CONTAS	Em 31 de Dezembro de 1972					Em 31 de Dezembro de 1973				
	Valor Original	Época de Referência	Índice FGV	Fator de Conversão	Valor ajustado p/ 31.12.73	Valor Original	Época de Referência	Índice FGV	Fator de Conversão	Valor ajustado p/ 31.12.73
<b>ATIVO</b>										
- Ativos Monetários (Caixa, Bancos, Realizável, etc.)	10.000	dez/72	343	397/343	11.574	25.000	dez/73	397	397/397	25.000
- Estoques	20.000	out/dez 72	341	397/341	23.284	35.000	out/dez 73	392	397/392	35.446
- Ativos Fixos	100.000	jan/dez 68	159	397/159	249.686	100.000	jan/dez 68	159	397/159	249.686
- Menos: Depreciação Acumul.	(50.000)	jan/dez 68	159	397/159	(124.843)	(60.000)	jan/dez 68	159	397/159	(149.811)
Total	80.000				159.701	100.000				160.321
<b>PASSIVO</b>										
- Exigibilidades Monetárias (Debêntures, Fornecedores, etc.)	22.000	dez/72	343	397/343	25.464	35.000	dez/73	397	397/397	35.000
- Capital Social	40.000	jan/dez 68	159	397/159	99.874	40.000	jan/dez 68	159	397/159	99.874
- Lucros Retidos	18.000	-	-	Residual	34.363	25.000	-	-	Residual	25.447
Total	80.000				159.701	100.000				160.321

FONTES: Demonstrações Financeiras.

NOTA : Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — FGV.

## QUADRO No. 2

## COMPANHIA XYZ

## Demonstração de Lucros &amp; Perdas — Exercício de 1973

C O N T A S	Valor Original	Época de Referência	Índice FGV (*)	Fator de Conversão	Valor Ajustado p/31.12.73	Valor Ajustado Valor Original
<u>Vendas</u>	<u>95.000</u>	jan/dez 73	373	397/373 (a)	<u>101.113</u>	<u>6.113</u>
<u>Menos: CMV</u>	<u>55.000</u>				<u>62.342</u>	<u>7.342</u>
Estoque Inicial	20.000	out/dez 72	341	397/341	23.284	
Mais: Compras	70.000	jan/dez 73	373	397/373 (a)	74.504	
Menos: Estoque Final	35.000	out/dez 73	392	397/392	35.446	
<u>Lucro Bruto</u>	<u>40.000</u>				<u>38.771</u>	<u>(1.229)</u>
<u>Menos: Despesas Operacionais</u>	<u>30.000</u>				<u>46.256</u>	<u>16.256</u>
Diversas Despesas	20.000	jan/dez 73	373	397/373 (a)	21.287	1.287
Depreciação	10.000	jan/dez 68	159		24.969	14.969
<u>Lucro Operacional</u>	<u>10.000</u>				<u>(7.485)</u>	<u>(17.485)</u>
<u>Mais: Lucro Retido 31.12.72</u>	<u>18.000</u>					
<u>Menos: Dividendos em 30.06.73</u>	<u>3.000</u>	jun 73	371	397/371	<u>3.210</u>	<u>210</u>
<u>Lucro Retido 31.12.73</u>	<u>25.000</u>					

FONTES: Demonstrações Financeiras.

NOTAS : (\*) — Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna FGV.

(a) — Pressupõe crescimento linear ao longo do ano.

## QUADRO No. 3

## COMPANHIA XYZ

## ANÁLISE DOS RESULTADOS SOBRE A POSIÇÃO MONETÁRIA — EXERCÍCIO DE 1973

Ganhos sobre Exigibilidades Monetárias	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
— Saldo em 31.12.72	22.000	397/343	25.464	3.464
— Incremento do Ano	13.000	397/373 (a)	<u>13.845</u>	845
— Exigibilidades Ajustadas			39.309	
— Menos: Saldos em 31.12.73			<u>35.000</u>	
			4.309	4.309
Perdas sobre Ativos Monetários:				
— Saldo em 31.12.72	10.000	397/343	11.574	1.574
— Incremento do Ano	15.000	397/373 (a)	<u>15.956</u>	956
— Ativos Ajustados			27.530	
— Menos: Saldo em 31.12.73			<u>25.000</u>	
			2.530	2.530
Ganho Monetário Líquido			1.779	1.779

FONTE: Cálculos do autor;

NOTA : (a) Pressupõe comportamento linear ao longo do ano.



QUADRO No. 4  
COMPANHIA XYZ  
ANÁLISE DAS DISTORÇÕES INFLACIONÁRIAS – EXERCÍCIO DE 1973

	Cr\$	%
a) Sobre a Estrutura de Receitas e Custos		
– Submensuração da Receita (Vendas)	6.113	38,9
– Submensuração do CMV	7.342	
Subvaloração de Estoque Inicial	3.284	20,9
Subvaloração das Compras	4.504	28,6
Subvaloração do Estoque Final	446	2,8
– Submensuração das Despesas Operacionais	1.287	8,2
– Submensuração da Depreciação	14.969	95,3
– Submensuração do Lucro Operacional	17.485	111,3
b) Sobre a Posição Monetária:		
– Ganhos sobre as exigibilidades Monetárias	4.309	27,4
– Perdas sobre os Ativos Monetários	2.530	16,1
– Não Mensuração do Lucro Monetário	1.779	11,3
c) Lucro Fictício Adicionado	15.706	100,0

FONTE: Cálculos do autor.

QUADRO No. 5  
COMPANHIA XYZ  
Análise do Lucro Fictício Apurado-Exercício de 1973

	Cr\$	Cr\$
Resultado Operacional Ajustado (PERDA)	(7.485)	
Ganho Sobre a Posição Devedora Monetária Líquida	<u>1.779</u>	
Resultado do Exercício Ajustado (PERDA)		(5.706)
Lucro Fictício Adicionado		<u>15.706</u>
Lucro Fictício Apurado		10.000

Fonte: Cálculos do autor.

QUADRO No. 6  
COMPANHIA XYZ  
Cálculo dos Resultados Globais do Exercício de 1973  
Originais, Ajustados e Diferenças

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Patrimônio Líquido:			
Em 31.12.1972	58.000	134.237	
Em 31.12.1973	<u>65.000</u>	<u>125.321</u>	
Variação no Patrimônio Líquido	7.000	(8.916)	(15.916)
Mais: Dividendos	<u>3.000</u>	<u>3.210</u>	<u>210</u>
Resultado do Exercício	10.000	(5.706)	(15.706)

Fonte: Cálculos do autor.

QUADRO No. 7  
COMPANHIA XYZ  
Demonstração da Conta de Lucros Acumulados Ajustados em 31.12.73

	Cr\$	Cr\$
Saldo em 31.12.72		34.363
Mais: Resultado Operacional (PERDA)	(7.485)	
Mais: Ganho Monetário Líquido	<u>1.779</u>	(5.706)
Menos: Dividendos		<u>3.210</u>
Saldo em 31.12.73		25.447

Fonte: Cálculos do autor.

## VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – BLACKLE, William. The quality of earnings. Financial executive, July 1972.
- 2 – PETERSEN, Russell J., Price-level changes and company wealth. Management accounting, Feb. 1973.
- 3 – PEARCY, J. Problems to be faced in inflation accounting. Management accounting, Mar. 1974.
- 4 – FRAEDRICH, Karl E. Inflation and financial reporting. Management accounting, Apr. 1974.
- 5 – YOUNG, Richard. Six main problems of inflation. Management accounting, May 1974.
- 6 – TERBOG, George. Inflation and profits. Financial analysts journal, May/June 1974.
- 7 – LUCAS, W.G. The maintenance of real profitability. Management accounting, June 1974.
- 8 – JAEGER, H.K. Monetary itens in inflation accounting. Management accounting, July/Aug. 1974.
- 9 – PEREIRA, L.C. Bressar; PEREIRA, S.L. Bressar. Inflação e lucros da empresa. Revista de administração de empresas, 4 (10) mar. 1964.
- 10 – MESSUTI, D.J. Las decisiones financieras y los cambios en el nível general de precios. Administración de empresas, 1-a Abr/Set. 1970.
- 11 – QUILICI, Frediano. Leituras em administração contábil e financeira. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1973.
  - ARTHUR ANDERSEN & CO., A medição do lucro em uma economia inflacionária, p.67-90.
  - GRAHAM, Willard J. Depreciação e reposição de capital em economia inflacionária, p. 91-104.
- 12 – ANTHONY, Robert N. Contabilidade gerencial; introdução a contabilidade. et alii. Atlas, 1973. Cap. 9.
- 13 – IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Contabilidade introdutória. Atlas, 1973. Apêndice 1.

- 14 – OLIVA, Francisco A.C., A medida de lucro da empresa. Pioneira, 1974.
- 15 – TSUKAMOTO, Yuichi. Medição de resultados financeiros numa economia inflacionária. (FIN-L-194). Rio de Janeiro, FGV.
- 16 – Armadilhas do planejamento financeiro numa economia inflacionária. Revista de administração de empresas, 14 (1) fev. 1974.
- 17 – IUDÍCIBUS, Sérgio de. Como evitar os lucros inflacionários. Exame, 83, ago. 1974.